

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**CAMILLA FRANCISCO DE LIMA
PAULO RICARDO DIAS FERNANDES**

**A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Anápolis
2012

**CAMILLA FRANCISCO DE LIMA
PAULO RICARDO DIAS FERNANDES**

**A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária sob orientação da Prof^a Ms. Joicy Mara Rezende Rolindo.

Anápolis
2012

**CAMILLA FRANCISCO DE LIMA
PAULO RICARDO DIAS FERNANDES**

**A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis
como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência
Universitária.

Banca Examinadora

.....
Profª Ms. Joicy Mara Rezende Rolindo – PUC-GO
Orientadora

.....
Profª Esp. Aracelly Loures Rangel - FCA
Convidada

.....
Profª Ms. Kátia Cilene Camargo Silva - FCA
Convidada

Nota:.....

Anápolis, dede 2012.

A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Camilla Francisco de Lima *

Paulo Ricardo Dias Fernandes **

Joicy Mara Rezende Rolindo ***

RESUMO

Este artigo faz um estudo qualitativo sobre a relevância dos estudos linguísticos na forma(ção) do professor de Língua Portuguesa em pleno exercício do processo ensino/aprendizagem e os impactos causados como consequência dessa forma(ção). Pautada em teóricos e estudiosos da língua (gem) como Antunes, e autores que analisam a prática docente a partir do conhecimento epistêmico e o que prescreve os Parâmetros Curriculares Nacionais, esta pesquisa de cunho bibliográfico mostra o comprometimento e a defasagem do ensino de Língua Portuguesa embasado somente em conteúdos gramaticais, no que diz respeito ao sentido estrito de gramática. E em contrapartida os resultados positivos e relevantes de uma abordagem de ensino de língua materna, em questão, o Português brasileiro, pautada nos estudos linguísticos, a luz da Linguística.

Palavras-chave: Docência. Gramática. Língua. Linguística.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de enfatizar e mostrar a relevância e a influência dos estudos linguísticos no processo ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa, inclusive na (forma)ação do professor de língua materna e sua atuação em sala de aula. O ensino de línguas na educação formal do ensino básico ao superior é mediado por ideias de ensino/aprendizagem e por definições variadas do objeto em questão: a língua e suas variações conceituais. No ensino superior a licenciatura em Letras concentra-se, principalmente, na formação de docentes, futuros atuantes dos outros níveis de ensino e que serão responsáveis pela formação de leitores,

* Camilla Francisco de Lima, Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, pós-graduanda em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: camilla-francis@hotmail.com

** Paulo Ricardo Dias Fernandes, Graduado em Letra pela Universidade Estadual de Goiás, pós-graduando em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: paulo.ricardo_dias@hotmail.com

*** Professora Mestre Joicy Mara Rezende Rolindo – Orientadora. E-mail: joicy.rolindo@uol.com.br

escritores, e usuários mais críticos da língua/gem em nosso país, enfim serão responsáveis pelo letramento dos indivíduos aprendizes.

Dependendo do viés que se toma, da concepção teórica que embasa as práticas de ensino, a constituição gradual do docente e a relação com o objeto de estudo em foco podem ser muito diferentes.

O entendimento dos aspectos de caráter histórico, social e cultural que estão envolvidos nesse problema, torna-se, portanto, a chave de inúmeras discussões e de diferentes níveis, como as concepções de língua/gem, gramática, ensino/aprendizagem, etc.

Ao conceber-se o ensino de língua a partir do fato de que fazer seu uso é manter um diálogo simbólico com o mundo, pode-se pressupor que existe relação entre língua e linguagem no espaço de enunciação, onde se firmam as relações linguísticas, e não uma relação entre língua e gramática.

Os cursos de Letras pretendem formar professores de língua e literatura, prioritariamente. Para tanto as disciplinas que compõem os programas destes cursos percorrem a diversidade de suas áreas para alcançar a meta de: construir um profissional crítico e habilitado para atuar em todos os eixos de trabalho com línguas e suas literaturas, a saber: a escrita, a leitura e a análise linguística.

O professor é, além de ser mediador do processo acima mencionado, partícipe deste contexto enunciativo como um interlocutor das situações de comunicação reais e criadas que ocorrem durante o ensinar/aprender. Esse é um fator que coloca em questão a validade e eficácia da Educação Gramatical como base de um ensino de língua.

Por isso, torna-se essencial e relevante o cumprimento de um trabalho minucioso e articulado a respeito da língua seja ela materna ou estrangeira. Nesse sentido, ressalta-se a importância do conhecimento e reconhecimento dos diferentes níveis de abordagem das línguas/gens, concebidas como parte do contexto histórico-social e dos processos interativos. Torna-se assim requisito básico para uma formação docente de excelência na área de estudos da linguagem.

Para tais considerações será analisada, através da revisão bibliográfica de estudiosos pertinentes à área, numa perspectiva qualitativa, a relação do enfoque linguístico na formação e atuação do professor de Língua Portuguesa, a partir de

uma distinção prévia do que chamamos de Educação Gramatical e Educação Linguística. Em virtude de seus impactos na formação ideológica do senso comum e entre teorizadores e estudiosos da língua sobre o que é ensinar e o que é aprender a língua, neste caso, o Português brasileiro.

1 EDUCAÇÃO GRAMATICAL

O ensino de Língua Portuguesa, no que se refere ao seu caráter mais teórico, é visto e compreendido pelo senso comum como o conhecimento, o domínio e o saber da gramática.

Nesse panorama, considera-se a gramática como conjunto de regras, normas que norteiam o funcionamento e uso de uma língua. Assim, a gramática que em sua etimologia grega, significava “a arte de escrever”, abrange todas as regras e normas de uso da língua (ANTUNES, 2007), abarca então desde o modelo de formação de palavras, de suas flexões a aqueles níveis mais complexos de distribuição e arranjo das unidades para a constituição de frases e de períodos.

Nada, em nenhuma língua, escapa a essa gramática. Por essa causa os estudiosos da língua/gem habituaram dizer que não existe língua sem gramática. Nem existe gramática fora da língua (LIMA, 1996). Nessa perspectiva a gramática é vista sob seu aspecto *lato*.

No entanto, há no processo ensino/aprendizagem de língua materna uma concepção particularizada, estrita de gramática, na qual ela se resume em um conjunto de normas que regulam o uso da norma culta da língua. É essa noção que há muito tempo tem sido ensinada e repassada pelos professores de Língua Portuguesa, pelos manuais de instrução, pelos livros didáticos, entre outros meios de divulgação.

No entanto, os sujeitos em sua maioria não têm consciência disto, acreditam que por não saberem gramática (sentido estrito, regras reguladoras da norma culta) e, principalmente, o seu uso na língua escrita, não tem domínio de sua própria língua, não percebem que são falantes dessa língua e tem internalizado sua gramática, antes mesmo de receberem letramento escolar.

Neste segundo sentido a gramática é particularizada, ou seja, ela não envolve a realidade totalizante da língua, apenas atenta aos usos considerados aceitáveis na ótica da língua culta, norma padrão. Está, portanto no domínio do normativo, para definir como deve ser a língua, o que é o certo e, em contrapartida, defini o errado. A partir do que se trata ser uma Educação Gramatical da Língua Portuguesa, as razões para a perpetuação e poder desta concepção normativa de se aprender a língua, ou seja, essa maneira de ensinar língua portuguesa através de prescrições e paradigmas, não está ligada a fatores propriamente linguísticos, Antunes (2007) afirma o seguinte:

Tais definições não são feitas por razões propriamente linguísticas, quer dizer, por razões internas à própria língua. São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social mais aceito. Daí por que não existem usos linguisticamente melhores ou mais certos que outros; existem usos que ganharam maior aceitação, mais prestígio que outros, por razões puramente sociais, advindas, inclusive, do poder econômico e político da comunidade que adota esses usos. Dessa forma, não é por acaso que a fala errada seja exatamente a fala da classe social que não tem prestígio nem poder político e econômico. (ANTUNES, 2007, p. 30).

Não se pretende ressaltar aqui os fatores socioeconômicos que convencionam determinados usos linguísticos como aceitos, mas atenta-se para o fato de a Educação Gramatical não abranger a totalidade da língua e suas funções como um evento vivo e dinâmico conforme acontece na realidade.

Compreende-se que a gramática vista em uma perspectiva de estudos dos fatos da língua/gem é comumente usada para determinar uma perspectiva científica ou um método de investigação sobre as línguas. Várias perspectivas no campo de estudo da língua/gem se sucederam, umas sob o eixo da língua como sistema em potencial, algumas no domínio dos falantes como sistema de signos, e outras centradas nos usos reais da língua por seus interlocutores, em diferentes situações de interação verbalizada ou socializada.

A sociedade tem-se organizado pela linguagem e através dela. Por isso, há inúmeras tentativas de esclarecer o conhecimento linguístico do homem que fala, e várias teorias foram desenvolvidas. Porém, cada uma prioriza determinada vertente da língua/gem e a elege como seu objeto de estudo. Até hoje nenhuma abarcou os

acontecimentos linguísticos em sua totalidade. Por isso há diversas nomenclaturas e ramificações desta área de estudo.

Desta forma, a teoria linguística, seja ela qual for, tem seu objeto de estudo definido. Toma-se como exemplo a analisar, a Gramática Gerativa. Esta trata, prioritariamente, da sintaxe das línguas. Raposo (1992, p. 15) assim definiu esse objeto de estudo:

O empreendimento gerativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da *Gramática Universal*, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente linguística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente do adulto. (RAPOSO, 1992, p. 15).

Afirma-se com certa frequência nos compêndios sobre estudos da língua/gem, que o pensamento linguístico do Ocidente é mostrado, essencialmente, por duas linhas de estudo: o Funcionalismo e o Formalismo. Pode-se afirmar, grosso modo, que o Funcionalismo consiste em qualquer vertente linguística que atenta as resoluções inerentes ao uso da linguagem, já o Formalismo incidiu seu foco apenas na descrição e observação dos aspectos estruturais das línguas, desconsiderando suas possíveis funções.

Halliday (1985 *apud* GONÇALVES, 2009, p.1) ilustra que a oposição entre essas duas abordagens tem relação com o tipo de orientação que seguem. Logo, o Formalismo assenta-se em pressupostos filosóficos e lógicos, e se caracteriza por uma orientação sintagmática. Por esse motivo suas gramáticas interpretam a língua, como conjunto de estruturas, podendo firmar-se relações regulares. Assim, ressalta-se os traços universalizantes da língua, atribuindo à sintaxe o centro dos estudos linguísticos.

Por extensão, organizam a língua em torno da frase. Ou seja, são gramáticas arbitrárias. Quanto ao Funcionalismo, o autor afirma que esta abordagem, embasa-se na retórica e na etnografia, orienta-se ao paradigmático. Consequentemente suas gramáticas compreender a língua como uma rede de

relações, ressalta-se as variações entre diversas línguas e considera-se a semântica como suporte de análise, seja em função do discurso ou do texto.

No processo ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, possivelmente a gramática, tem grande índice de uso, como foco de estudo, principalmente nas escolas e academias mais tradicionalistas e conservadoras. É ela que está por trás das famosas aulas de Português e é causa, quase sempre, de problemas para a comunidade escolar, dos professores e técnicos, da comunidade extraescolar (pais e responsáveis). E também dos alunos, já que, como ressalta Antunes:

É tal a ênfase nessa disciplina que, de uns anos para cá, até mereceu uma carga horária especial, separada das aulas de redação e de literatura, como se redigir um texto ou ler literatura fosse coisa que se pudesse fazer sem gramática; ou como se saber gramática tivesse alguma serventia fora das atividades de comunicação. (ANTUNES, 2007, p. 32).

Percebe-se claramente a crítica contida no trecho acima em relação à forma de ensino numa perspectiva de Educação Gramatical, como se a desintegração das partes intrínsecas da língua, que convergem entre si, fossem assimiladas eficazmente em situações isoladas, desvinculadas de situações comunicativas reais e significativas.

Reconhece-se que nos últimos anos houve mudanças no ensino de língua materna nas instituições educacionais brasileiras, porém, tem-se ainda fortemente o ensino de Língua Portuguesa baseado no estudo de disciplinas isoladas (isso quando não apenas baseado na NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira), prova disto como bem observou Josso (2004) são os baixos resultados obtidos em exames nacionais e internacionais que avaliam a competência e a habilidade dos aprendizes seja em interpretações de textos ou em produções escritas.

2 EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA

2.1 SURGIMENTO NO BRASIL E JUSTIFICATIVA

As camadas mais pobres e desfavorecidas da sociedade brasileira tiveram acesso ao ensino público a partir da democratização deste, ocorrido entre os anos

de 1960 e 1970, período em que as escolas se multiplicaram pelo país. Para o atendimento dessa nova demanda, fez-se necessário a formação de um número maior de professores. “O caráter de urgência obrigou a diminuição do grau de exigência na seleção de profissionais para o cargo causando, conseqüentemente, uma queda na qualidade do ensino oferecido”. (PIETRI, 2003, p. 21).

Assim, esta formação foi baseada em um currículo que fosse preciso e atendesse as necessidades imediatas do período. Era oferecido o básico necessário para que esses profissionais atuassem nas escolas, concomitantemente, oferecia-se o que os auxiliavam a ministrar os conteúdos didáticos que a sociedade tinha como essencial.

O imediatismo desta necessidade de suprir o ensino – tanto de docente como de discentes – influenciou a existência da produção em massa do conhecimento prático, que não carecia de aprofundamento por parte do profissional que iria empregá-lo, mas que ao mesmo tempo atendesse ao mínimo exigido pela sociedade. Logo, surgiam os livros didáticos, manuais de utilitários da língua/gem que, nesse período imediatista, supriam as expectativas do momento.

Porém a realidade deste ensino era distorcida, pois os conteúdos ensinados na época eram relacionados ao contexto cultural elitista, e nada tinha a ver com o modo de vida do público escolar. Esse distanciamento de realidades gerou elevado índice de evasão escolar, principalmente de alunos oriundos da classe operária. Os professores foram considerados os culpados por tamanha evasão.

A partir desta culpabilidade atribuída ao corpo docente, repensou-se a formação deste profissional, percebeu-se sua incompletude e insuficiência, já que os resultados escolares esperados não eram alcançados. Desta maneira, surgem os cursos de formação continuada, estes eram uma tentativa de suprir e amenizar o que faltava na formação dos docentes, mas só ressaltavam a ideia de insuficiência do professorado. É nesse momento que ideias oriundas da Linguística associam-se às propostas inovadoras de ensinar-se o Português brasileiro, pois havia a necessidade de professores capacitados e habilitados com o pluralismo real que os cercavam.

A Linguística tornou-se obrigatória nos cursos de Letras através do estabelecimento de um Currículo Mínimo Federal de Letras, sob o parecer nº 283/62

de Valnir Chagas em 19 de outubro de 1962. Segundo Pietri (2003) um dos enfoques desse currículo era o estabelecimento do mesmo a partir da dialética entre teoria e prática.

Nota-se, no entanto que a credibilidade, a aceitação e autoridade da Gramática, não foram abaladas pela inauguração e implantação da Linguística no começo do século XX. Apesar desta, ter mostrado o lado frágil da abordagem gramatical e de seus princípios teóricos, muitos viam e veem a Gramática como ciência.

E isso ocorre a despeito do grande avanço das pesquisas científicas em língua. Com o avanço dos estudos na área de língua/gem, hoje há um grande acervo de teorias e bases metodológicas que facilitam a análise e a seleção de dados, fatos linguísticos que fazem parte das línguas que são transmitidas através da escrita. Ao longo de um século acumulou-se um conjunto de descrições e teorias bastante significativo. No Brasil, a Linguística, depois de 40 anos de sua entrada regular nas instituições universitárias, gerou um montante considerável de descrições do português falado/escrito no país.

Apesar disto, como afirma Sóstenes Lima (2012) a Linguística (fonte legítima das explicações e descrição dos fenômenos linguísticos) ainda luta por reconhecimento junto ao público geral, e enfrenta a desconfiança da maior parte da mídia, que prefere dar voz à Gramática. Lima (2012) ainda afirma que pelo fato de a língua ser um tema acessível a praticamente todas as pessoas, isso auxilia o apagamento da autoridade da ciência que estuda esse objeto. Pois, a língua é uma realidade vivida todos os dias por seus usuários, isto confere uma abertura para que todos opinem sobre ela, dificulta-se assim a entrada e admissão da versão do especialista, alguém habilitado tanto em nível de graduação como pós-graduação, na área de Linguística.

O senso comum atrapalha, em parte, a propagação da Linguística, mas os maiores responsáveis por seu ofuscamento residem na oposição e na força da Gramática que foram arraigadas ao longo do tempo. Não é fácil desmanchar a idealização que a maioria das pessoas tem sobre a Gramática, uma vez que esta tem grande respaldo midiático e escolar, além de sua história que conta mais de 2000 anos.

2.2 QUAL A DEFINIÇÃO DE LINGUÍSTICA?

Antes de se considerarem os efeitos da Educação Linguística no ensino de Língua Portuguesa. Inicialmente, há que se considerar que a tradição de ensino de línguas, desde o período clássico, com o Grego e o Latim até o período das gramáticas comparativas, representa uma tendência de valorizar formas linguísticas entendidas como padrão em relação a outras, consideradas populares em sentido amplo. Isso implica que há um conjunto de normas a serem seguidas, de modo a propiciar o domínio, por parte de todas as classes sociais, do idioma materno num certo nível de organização. A consequência histórica disso é o que chamamos de Gramática Tradicional. Ela atravessou os séculos como ferramenta de ensino/aprendizagem de línguas e atualmente tem forte influência nas escolas com grande ênfase sobre a escrita em todos os contextos em que ela é exigida, como acontece em vestibulares e concursos em geral.

Veja a seguir algumas noções sobre Linguística. Essa ciência pode ser definida como a ciência que estuda os fatos da linguagem. Um de seus fundadores foi Ferdinand de Saussure, um linguista suíço que contribuiu bastante para que essa ciência de estudo adquirisse autonomia.

Para que se possa compreender o porquê de ela ser caracterizada como uma ciência, toma-se como exemplo o caso da gramática normativa, uma vez que esta não traça a língua conforme suas reais evidências, mas como ela deve materializar-se pelos falantes, formada por conjuntos de regras, de sinais (palavras) de modo a realizar a combinação desses. Ou seja, ela apenas determina regras reguladoras, corretivas para o uso da língua/gem verbalizada, seja oral ou escrita.

Já a Linguística estuda a estrutura da língua/gem (como é formada, seu ponto de partida, sua decomposição) e as suas atribuições (qual sua função como recurso comum da língua/gem humana).

O despontar e a inserção de teorias linguísticas nas instituições de nível superior do Brasil têm promovido modificações panorâmicas no que diz respeito à maneira como se encara o ensino de Língua Portuguesa nas instituições educacionais. A pedagogia tradicionalista, assim como as prescrições já engessadas na Educação são postas em questionamento, devido à contribuição das novas

disciplinas advindas da Linguística, como por exemplo, a psicolinguística, a sociolinguística, a pragmática, a análise do discurso, entre outras que aumentaram os limites da investigação sobre a linguagem.

Após a ampliação dos estudos linguísticos que com Saussure já deu um enorme salto, dá-se início ao período chamado de Linguística Moderna, assinalado de modo formal com o lançamento de *Curso de Linguística Geral*, em 1916 (obra póstuma). Nesta ocasião, sua cientificidade se resulta das famosas dicotomias saussureanas: língua e fala; sintagma e paradigma; sincronia e diacronia, significante e significado.

Desse modo, define-se um objeto para a ciência linguística: a língua, entendida como um sistema fechado de signos, um código e um fenômeno social (no sentido de ser compartilhado por uma comunidade linguística), que deveria, de maneira sincrônica e baseada em unidades abaixo da frase, ser estudada. Essa definição, como se nota, não deixava espaço para o uso (MARCUSCHI, 2001).

Desta forma, Saussure estabelece uma divisão definitiva para nossa área em quatro diferentes níveis de análise: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (ORLANDI, 1986). Além do que, nessa ocasião procurou-se entender os fenômenos da interação social através da língua/gem, a aquisição da língua, as relações permeadas e feitas a partir dela, as ideologias propagadas pelo discurso, os sistemas de ensino entre outros.

Os questionamentos sobre dar ou não prioridade à gramática, sobre ter a escola como um agente promotor de transformações da realidade social do aluno, a começar pelo respeito a sua língua/gem, o que auxiliaria conduzi-lo a apoderar-se da variedade social de prestígio, são discussões que se fortaleceram, no Brasil, comentadas por Miranda (2000), as quais transcorriam da década de 1970, e que se fazem atuais. Estas discussões ganham novo fôlego nas contendas entre linguistas e gramáticos tradicionais, sejam por causa da publicação de obras relativas ao tema, ou pelos espaços que a mídia em geral oferece, entre outros meios veiculadores.

3 O PROFESSOR DE LÍNGUAS: UM PROFISSIONAL CRÍTICO-REFLEXIVO

Quanto à formação do profissional de Letras, a realização deste trabalho procura servir como um material que ressalte a importância da reflexão sobre as diferentes teorias linguísticas, seus fundamentos epistemológicos e suas consequências éticas e, portanto, políticas. O conhecimento histórico das diferentes teorias, das diferentes concepções de língua/gem que elas carregam consigo, torna possível a fundamentação teórica e epistemológica do professor de língua.

Espera-se que essa formação permita ao futuro professor ler com mais cautela, precaução e perspicácia os dicionários, os materiais didáticos, os manuais de instrução linguísticos, as gramáticas, entre outros, que foram escritos por indivíduos ideologicamente pautados em visões unilaterais em detrimento da amplitude do que confere a língua/gem. Dentro de um espaço regulado pelas distribuições das línguas, de seus usuários/falantes e de um saber autêntico, não unilateral, não prescritivo ou orientado.

A reflexão é fundamental e essencial para o entendimento da realidade que aguarda o aprendiz habilitado em Letras ao responsabilizar-se pela sala de aula, como professor de línguas e tudo o que abarca a profissão. A formação docente deve basear-se em um contexto de prática reflexiva crítica, pois o processo de formação e construção do conhecimento ocorre de maneira articulada, já que os saberes científicos, teóricos e práticos, empíricos, não podem ser tratados de modo estanque. Compreendendo os saberes docentes como

essenciais e complexos, relativos, mutáveis, com valores ético-políticos e atravessados pelas questões socioculturais das sociedades, reconhecemos a importância de se formar professores que também assumam essa concepção. Desse modo, a construção dos saberes está diretamente ligada ao contexto social, ao tempo, às condições materiais e aos aspectos sócio-histórico-culturais que fazem parte integrante do processo pedagógico. (BENEVIDES, 2005, p. 88).

Surge a partir desta visão o pressuposto de investir-se no sujeito da aprendizagem, na recepção, no estudo e exame de suas vivências, suas experiências, de seu saber, do contexto de onde vem e das condições de seu processo de formação.

Quanto à preparação dos acadêmicos dos cursos de licenciatura em Letras, o grande desafio que se tem pela frente é o de formar professores críticos-reflexivos sobre suas funções, já que estes têm, ou deveriam ser o perfil de um leitor assíduo e produtor de textos em diversas situações, visto às exigências da sociedade de domínio de ambas as práticas, porém sabe-se que muitos destes professores não têm estes hábitos rotineiros.

Pode-se dizer da formação do docente de línguas, que devido aos últimos anos com a produção dos conhecimentos linguísticos que emergiram de teorias inovadoras e em diferentes categorias, encontrou-se defasada, atrasada. Perante esta situação viu-se a necessidade urgente de se reformular os cursos de Letras, de se repensar a formação dos professores de línguas. Nos cursos, “os currículos e suas grades curriculares se assentam em concepções tradicionais de linguagem” (OLIVEIRA, 2003 *apud* BENEVIDES, 2006, p.3).

A partir desta situação pode-se inferir, segundo Reinaldo (2000) que possivelmente as matrizes curriculares não conhecem as prescrições e as propostas dos PCNs em relação ao ensino de língua. Além disso, os alunos que entram nesses cursos, conforme Miranda (2000, p.203), já não são mais os mesmos alunos que apresentavam o beletismo que caracterizavam os alunos de antigamente. Ainda assim os cursos permanecem imutáveis.

Oliveira (2004, p.03), ao discutir a formação principiante de professores de língua materna a partir de entrevistas realizadas com alunos do curso de Letras, ressalta que a maioria desses alunos “reconhece como disciplinas fundamentais à sua formação aquelas relacionadas à área da Linguística e da Língua Portuguesa”.

Tais estudantes apesar disto, dizem desconhecer integralmente os textos dos PCNs, relacionados ao ensino de Língua Portuguesa nos níveis de Ensino Fundamental e Médio e, segundo Oliveira (2004, p.03 *apud* BENEVIDES, 2006, p.4), “o que é mais grave, não conseguem estabelecer relações entre os conteúdos neles apresentados e aqueles de sua formação”. De acordo com Oliveira, isso acontece em decorrência da organização curricular dos cursos de Letras que:

obedece a uma certa visão, ainda dominante, de que os conteúdos necessários para formar professores de língua materna cingem-se ao domínio da língua entendida como sistema estruturado e normativo. Visões que a nosso ver, infelizmente, ainda povoam o imaginário coletivo da

sociedade, nela incluídos os intelectuais, pesquisadores, professores e professoras. (OLIVEIRA, 2003, p.60 *apud* BENEVIDES, 2006, p. 4)

É nesse sentido que Oliveira (2003, p.66-67 *apud* BENEVIDES, 2006, p.4), em outra discussão sobre as matrizes curriculares dos cursos de Letras, promove e protege a organização dos currículos sob uma compreensão de língua/gem que ministre o necessário aos alunos para estes serem sujeitos capazes de agir por si mesmos, ao mesmo tempo em que enxerguem a língua/gem como forma de agir no mundo e sobre o outro, a partir da construção das relações interpessoais, sociais e assim se sentirem significantes e partes deste processo.

Dessa forma, a formação de docentes pode alcançar outras proporções que produziram conhecimentos que dotem os futuros professores das noções (OLIVEIRA, 2003, p.73 *apud* BENEVIDES, 2006, p.4-5) “sobre o ensino da língua como prática discursiva, de natureza social, sem dispensar o domínio de sua organização estrutural, mas que compreenda os elementos que a organizam enquanto recursos para expressar pontos de vista”, seja discordando, concordando, ocultando valores, desvendando mitos. Portanto, a construção deste professor de língua materna deve-se orientar para a compreensão da língua em sua complexidade e não para um ensino gramatical apenas.

4 O IMPACTO DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL EM LÍNGUA PORTUGUESA E A ATUAÇÃO DOCENTE PAUTADA NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Leonor Werneck dos Santos (20?)¹, em seu texto “O ensino de Língua Portuguesa e os PCN’s”, analisou os Parâmetros Curriculares Nacionais e afirmou que em relação à Língua Portuguesa, os Parâmetros apresentam propostas de trabalho que valorizam o aprendiz perante sua língua através da participação crítica, que revele a pluralidade de uso e as variedades que são inerentes em qualquer língua e/ou idioma.

Segue afirmando que, para tanto, a escola brasileira precisaria contar com profissionais competentes e em constante atualização, porém nos cursos de Letras,

¹ O ano não fora informado nas referências do texto. O texto encontra-se disponível em: <http://www.filologia.org.br/viisenefil/06.htm>.

não foca-se rotineiramente no que é sugerido nos Parâmetros e, geralmente, as Licenciaturas abordam mais questões pedagógicas que linguísticas. Desse modo, o futuro docente muitas vezes não tem competência para relacionar os conhecimentos científicos referentes à Linguística e à Língua Portuguesa ao que precisa ensinar-se em sala de aula. Com isso repetem-se velhas e desgastadas fórmulas um tanto ineficazes.

Às vezes os docentes são profissionais com formação de longa data ou advindos de faculdades com condições questionáveis, e vê-se que mesmo os conhecimentos teóricos estão defasados. Alguns professores sequer tiveram aula de linguística na faculdade e muitos ouviram falar sobre conceitos como textualidade, inferência, coesão, coerência, operadores argumentativos – somente para citar alguns termos presentes nos PCN – mas não sabem o que são na prática. Nessas condições, não se pode exigir ou esperar que esses professores apliquem as prescrições contidas nos Parâmetros, ainda que alguns se desdobrem em sala de aula, apesar da formação precária.

Há uma falta de harmonia, de congruência entre o que propõem os teóricos do ensino de Língua Portuguesa e o que se oferece nos cursos de Licenciatura de Letras, formadores dos profissionais que, na prática, deveriam aplicar a teoria preconizada. Essa falta de sintonia se reflete na baixa qualidade do ensino e na conseqüente pouca aprendizagem aferida.

Estas reflexões, no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, convergem, como mencionado anteriormente, para os princípios da Educação Linguística que, imaginando a obrigação imprescindível de um tratamento escolar cientificamente embasado, põe em relevo, segundo Bechara (2004), também a necessidade de se respeitar o saber linguístico pertencente a cada um e garantir-lhe o curso na intercomunicação social, não lhe abstendo o direito de variar, aumentar e engrandecer esse patrimônio.

Merece destaque ainda o conceito de Educação Linguística de Travaglia (2003):

A Educação Linguística deve ser encarada como o conjunto de atividades de ensino/aprendizagem, formais ou informais, que levam uma pessoa a conhecer o maior número de recursos da sua língua e a ser capaz de usar tais recursos de maneira adequada para produzir textos a serem usados em

situações específicas de interação comunicativa para produzir efeito(s) de sentido pretendido(s). (TRAVAGLIA, 2003, p. 63).

Assim, entende-se que essa postura levará o professor de Língua Portuguesa a apresentar uma variedade de recursos e seus efeitos de sentido, conseguindo mais eficácia em suas interações verbais, por atingir mais eficientemente o seu interlocutor, até mesmo aquele que se expressa conforme a norma culta, pois se considera que, em se tratando de língua materna, o bem falar e escrever firmam-se no uso da língua/gem a partir desta que encontra-se na Gramática Descritivo-Normativa que sistematiza, descreve e estabelece normas que abarque uma das variantes existentes na língua em uso.

É preciso que se escolha uma linha da linguística para se estudar a fundo, buscando descrever a Língua Portuguesa a partir de seus princípios e procedimentos. Seja a linguística textual, a do discurso, a pragmática, enfim todos os apoios teóricos levarão o professor a abrir os seus horizontes, deixando de se fixar unicamente na Gramática Descritivo-Normativa de modelo greco-romano.

Paralelamente à questão acima e com os atuais conhecimentos linguísticos, o professor deve se assenhorar dos ditames dos PCN's, que foram instituídos nacionalmente através de políticas linguísticas fundamentadas em princípios contemporâneos fundados em novo prisma: a produção de efeitos de sentido se dá no discurso elaborado em interações sociais. O que tem sido uma preocupação de governos federais desde a década de 90, época em que se deu início a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB 3994/96 e posteriormente os Parâmetros Curriculares Nacionais, que necessitam ser seguidas pelos docentes que, conhecendo-os, poderão adotar a nova concepção de língua e de seu ensino.

O docente que se orienta para, e em uma Educação Linguística, além das concepções desta, deve-se sensibilizar para o cuidado exigido na realização da transformação do saber científico (dado pela ciência), em saber a ensinar (dos manuais e compêndios didáticos), e de ambos que resulta no saber ensinado (o que se efetiva em sala de aula). Pois, a congruência correta destes saberes confere em instrumento eficaz de ensino.

A elaboração das sequências didáticas seria o próximo passo a se seguir. Estas precisam ser planejadas e organizadas de forma que permitam a construção

junto ao aluno de ferramentas (competências) da pesquisa científica. Possibilitam vivências, com foco em diversos aspectos, dentre eles os conceituais, que são fundamentos básicos para que o aluno aprenda e desenvolva sua autonomia e consciência crítica.

Define-se então, em primeiro lugar, o uso da língua falada e a que se quer falar imbricado nas situações reais de interação comunicativa. Segundo, a escolha da escola de uma vertente de ensino de língua materna através da Educação Linguística, e para finalizar, a formação de docentes de Língua Portuguesa que sejam cômicos de seu papel, que sejam promotores da língua como instituição nacional, que propiciem ao aprendiz a elaboração de um conhecimento próprio, autônomo, que ampliem o universo dos conhecimentos linguísticos.

Assim, certamente o processo de ensino e aprendizagem de Português brasileiro far-se-á mais agradável, menos cansativo e estressante tanto para os alunos quanto para os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perceber-se a profundidade da concepção e dos Parâmetros Nacionais sobre o estudo e aprendizagem de língua materna, a partir de estudos científicos sobre o funcionamento da mesma em caráter global (língua como linguagem), não pode-se continuar o ensino de Língua Portuguesa embasado preferencialmente no Ensino Gramatical que fora discorrido nesta proposta, como se esta fosse a única opção de conhecimento linguístico que embasa o processo ensino/aprendizagem de forma eficaz e seja suficiente para atender às necessidades encontradas no público discente, no que concerne ao uso escolar e extra escolar da língua/gem.

A metodologia de abordagem e o planejamento de conteúdos linguísticos isolados da dinâmica e da função real/social da língua como um todo, compromete e muito o ensinar e aprender da mesma, perante às exigências do mundo em desafios diversos (como em uma entrevista de emprego, por exemplo) que por sua vez, trata de situações reais em que a língua/gem não funciona apenas como um compêndio de regras gramaticais normativas desvinculadas das relações discursivas sociais, interacionais e interpessoais.

Sabe-se, é necessário estudar-se a norma culta e quesito indispensável ao aprendizado de Língua Portuguesa para a realização plena do indivíduo aprendiz, uma vez que a sociedade se organiza em torno de normas, inclusive linguísticas. Todavia, esse aprendizado precisa ser intrínseco e paralelo aos diferentes conhecimentos, das ocorrências e fatos linguísticos, para que o discente reconheça-se como sujeito falante materno de sua própria língua e a veja como internalizada antes mesmo do letramento escolar. Ou seja, o aprendiz se enxergará como capaz de usar sua própria língua, e compreenderá os mecanismos de regulação internos e externos do letramento escolar.

Aliado a estas concepções de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa, juntamente à forma(ação) de um docente crítico-reflexivo, com embasamento acadêmico (principalmente nos cursos de Letras) que seja harmônico entre teoria-paramêtros-prática pautados na ciência linguística, é necessário também que os docentes recém-graduados e os veteranos há muito tempo em sala de aula, se atualizem sempre, através de cursos inovadores que enfoquem estudos linguísticos diversificados à luz da Linguística ligados as exigências do mundo fora das instituições escolares, mas para isto acontecer, é necessário também que o quadro político seja revertido favoravelmente a esse quadro.

Não apenas o ensino de Português brasileiro na educação básica, mas a Educação, de modo abrangente e em todos os níveis, precisa ser o foco e a preocupação efetiva e prioritária das diversas esferas do poder público. Para que os investimentos sejam significativos, a profissão docente seja reconhecida, os discentes sejam atendidos em suas necessidades, e os resultados possam ser significativos em nível de avaliação nacional e internacional. E por fim, positivos para a convivência em sociedade, refletidos nas relações interpessoais e no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENEVIDES, A. S. **A leitura e a formação docente**: a trajetória da prática da leitura de alunos/as do curso de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. An introduction to functional grammar. London: Edward, Arnold Publishers, 1985. In: GONÇALVES, R. **Estudo comparativo entre estruturalismo gramatical e o funcionalismo dos termos da oração**. Webartigos. 24 fev 09. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/estudo-comparativo-entre-estruturalismo-gramatical-e-o-funcionalismo-dos-termos-da-oracao/14809/> > Acesso em 25 de abr 12.

JOSSO, M.C. **Experiências de vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, R. **Gramática Normativa Da Língua Português**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

LIMA, S. **A língua como objeto de estudo**: da tradição à ciência. Folha 670, Anápolis, 6 a 12 abr. 2012. Educação, p. 22. Disponível em: < <http://www.sosteneslima.com/2012/04/lingua-como-objeto-de-estudo-da.html> > Acesso em 18 abr 12.

MARCUSCHI, L. A. **O papel da linguística no ensino de línguas**. Investigações Linguística e Teoria Literária. Recife, v.13/14, 2001.

MIRANDA, N. S. Uma proposta curricular para a formação de professores de português. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. Fortaleza, v.25. p.203-209. Dezembro. 2000.

OLIVEIRA, M. B. F. Discutindo a formação inicial de professores de língua materna: o processo de disciplinarização dos saberes de referência. (Texto apresentado no **VI Congresso Nacional de Linguística Aplicada** – CBLA, PUC/SP, outubro).2004.

_____. Sala de Aula de língua e práticas cidadãs. Trabalhos de Linguística Aplicada. Campinas, (41), p. 65-74, Jan./Jun.2003. In: BENEVIDES. A.S. **A formação de professores do curso de Letras**: aspectos de uma prática reflexiva. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 03- n.05 -2º. ISSN 1807-5193.2006.

ORLANDI, E.P. **O que é Linguística?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIETRI, E. **A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

REINALDO, M. A. G.M. Diversidade Textual e ensino de Leitura: atuação na formação do professor. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. Fortaleza, v.25. p.157-171. Dezembro de 2000.

SANTOS, L. W. **O ensino de língua portuguesa e os PCN's**. UFRJ. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/viisenefil/06.htm>> Acesso em 13 abr 12.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática - Ensino Plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

THE RELEVANCE OF LANGUAGE STUDIES IN THE FORMATION OF A PORTUGUESE LANGUAGE TEACHER

ABSTRACT

This article is a qualitative study on the relevance of language studies in the form (action) the teacher of Portuguese in the full exercise of the teaching / learning process and the impacts caused as a result of this form (action). Guided by theorists and scholars of the language (language) as Antunes, and authors who analyze the teaching practice from the epistemic knowledge and prescribing the National Curriculum, this bibliographical research shows the commitment and the time delay of teaching Portuguese language only grounded grammatical in content, with respect to the strict sense of grammar. And in contrast to the positive results and a relevant approach to teaching the language in question, Brazilian Portuguese, based in linguistic studies, the light of linguistics.

Key-words: Teaching. Grammar. Language. Linguistics.